

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
RIO GRANDE DO NORTE – IFRN

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
**Relatório 2021**

NATAL/RN  
2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte –  
IFRN

REITOR

***José Arnóbio de Araújo Filho***

PRÓ-REITOR DE ENSINO

***Dante Henrique Moura***

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

***Samira Fernandes Delgado***

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

***Avelino Aldo de Lima Neto***

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO CENTRAL

**Alex Bruno da Paz Silva**

**Aluízio Matias dos Santos**

**Braulio Silva de Andrade**

**Bruno Cunha de Oliveira Suplente**

**Carla da Silva Alves de Souza**

**Carlos Rodrigo Moura Cavalcante (Presidente)**

**Denilson Antônio Maia da Silva**

**Fernando Luis Dias Varella**

**François Karizio Fernandes Leite Cavalcante**

**Joelma Tito da Silva (Secretária)**

**Maluh Brito Madruga Januário de Souza**

**Marcos Antônio Chaves Freire**

**Sérgio Paganini Martins**

**Suely Soares da Nobrega**

**Willian Anderson Ferreira Tomaz**

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO DO RELATÓRIO

**Carlos Rodrigo Moura Cavalcante**

**Joelma Tito da Silva**

## Sumário

1. Introdução .....	4
2. Metodologia.....	9
3. Apresentação dos dados .....	11
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....	12
1. Para o Ensino .....	12
2. Para a Extensão .....	17
3. Para a Pesquisa e Inovação .....	20
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional .....	22
4. Análise dos dados e das informações .....	24
4.1 Ações propostas com base nas análises .....	32
5. Considerações Finais .....	33

## 1. Introdução

O Relatório de Autoavaliação Institucional é um documento elaborado anualmente no âmbito da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de subsidiar a gestão e o planejamento de ações. Ele é organizado de modo a trazer dados e análises a partir das percepções da comunidade escolar sobre os serviços, estrutura, administração e função social das Instituições de Ensino Superior. No caso do IFRN, a pesquisa contempla todos os níveis e modalidades de Ensino.

Em 2021, iniciamos um novo ciclo autoavaliativo que se encerra em 2023. O documento aqui apresentado é, assim, o primeiro do triênio e trata especificamente de questões que envolvem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão no IFRN. Em seus trabalhos anteriores, a comissão realizava anualmente a coleta e a análise de dados sobre todos os cinco Eixos e as dez Dimensões presentes no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), num trabalho longo que deixava pouco tempo para o encaminhamento efetivo de ações.

A fim de aprimorar o processo autoavaliativo no IFRN, em consonância com as normativas sobre o tema e a partir do diálogo com as comissões locais, a CPA optou por focar, neste primeiro ano/referência, no Eixo 3 que trata das **Políticas Acadêmicas**, Dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão).

Esta é, portanto, a versão parcial do relatório organizado conforme orienta a Nota Técnica nº 65 INEP/DAES/CONAES, servindo como um dos instrumentos de acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>1</sup> (PDI) 2019-2026, aprovado pelo Conselho Superior em Maio de 2019, através da resolução 22/2019 CONSUP/IFRN.

O PDI é elaborado periodicamente com base na legislação que regulamenta o Ensino Superior no Brasil (especialmente o Decreto nº 9.235/2017), na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos

---

<sup>1</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (2019-2026). Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>. Acesso em 22 de março de 2019.

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devendo ser elaborado em consonância com os demais documentos institucionais (Projeto Político-Pedagógico de 2012, a Organização Didática e o Estatuto e o Regimento Geral do IFRN).

Espera-se que, além de servir às avaliações externas, as informações produzidas neste Relatório de Autoavaliação Institucional 2021 contribuam para o planejamento, execução e acompanhamento das ações institucionais estabelecidas nos objetivos e metas estratégicas do PDI vigente.

### 1.1. Breve histórico das autoavaliações no IFRN

A autoavaliação institucional e a criação das CPAs se inserem em um contexto marcado pela associação entre o ato de avaliar e a melhoria na qualidade do Ensino Superior no Brasil. Como um constructo social, a ideia da avaliação do ensino está em disputa, visões diferentes quanto ao seu papel formatam a legislação sobre o tema. Na prática, ela pode figurar como mecanismo de *rankeamento*, seguindo a lógica competitiva do mercado, de regulação das instituições pelo Estado, como também, pode ser experimentada enquanto instrumento de participação democrática na tomada de decisões interna, sem, por isso, se apartar das suas funções regulatórias.

Nesse panorama, em 14 de Abril de 2004 foi criada a Lei nº 10.861 que instituiu o SINAES, sistema de avaliação de caráter nacional e voltado para o Ensino Superior que integra a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos e o desempenho dos estudantes. Para operacionalizar o processo autoavaliativo do ensino, a referida lei criou a CPA, uma comissão que deve estar presente em todas as instituições de nível superior, sendo garantida a autonomia de atuação dos seus membros.

No IFRN, a autoavaliação vai além do Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação) e abarca o Ensino Técnico de nível Médio (Integrado Regular, Integrado EJA e Subsequente). Diante dessa pluralidade de ofertas, a ampla adoção do modelo do SIANES contribui para a unificação dos processos internos de autoavaliação, reafirmando o compromisso institucional com a gestão democrática e o fortalecimento de uma cultura de participação.

O emprego abrangente desse modelo pode ser atribuído, ainda, à

ausência, no Brasil, de uma política sistemática e consolidada de avaliação nacional do ensino técnico.

Fica evidenciado, então, que além de atender as demandas externas da regulação, a autoavaliação no IFRN deve cumprir, sobretudo, o papel de favorecer a participação da comunidade escolar, chamada anualmente a opinar sobre os rumos e o funcionamento do instituto.

A experiência autoavaliativa na instituição hoje nomeada de IFRN é anterior a Lei que criou os Institutos Federais. Entretanto, para fins deste relatório, o recorte se dará sobre o período seguinte à implementação da nova institucionalidade.

Em 2009 e 2010 a avaliação interna foi conduzida pela Assessoria de Informações Institucionais. No ano seguinte, a autoavaliação ficou sob a responsabilidade de uma CPA provisória. Nesse contexto de implementação dos processos autoavaliativos na instituição, as ações foram direcionadas ao atendimento das demandas da regulação e aos preparativos para a composição efetiva de comissões formadas por membros eleitos por seus pares.

A consolidação do processo ocorreu em novembro de 2012 com a eleição dos membros da CPA em todos os *campi*, nomeados através das portarias RE/IFRN 24/2013 de 07 de janeiro de 2013, 151/2013 de 4 de Fevereiro de 2013, 185/2013 de 8 de Fevereiro de 2013 e 242/2013 de 22 de Fevereiro de 2013. Desde então, foram constituídas CPAs locais em cada campus sob a coordenação da CPA Central. Nesse período, o

Em 2015 foi aprovado no Conselho Superior (CONSUP) o primeiro Regimento Interno da CPA do IFRN, definindo a eleição unificada para as CPAs locais e a CPA Central, com a finalidade de garantir a ampla representatividade dos *Campi*. No ano de 2021, o documento foi atualizado alterando, entre outros itens, o formato das eleições que, agora, passam a ocorrer em pleitos separados. Observou-se que o formato anterior poderia contribuir para o esvaziamento da CPA Central, já que muitos eleitos nos *Campi* não tinham interesse em participar diretamente da comissão sistêmica. De forma concreta, tal esvaziamento foi vivenciado no triênio 2018-2020, quando a comissão contou efetivamente com poucos membros, não chegando a superar cinco pessoas no trabalho de coordenação das atividades de autoavaliação.

Mesmo no processo eleitoral, as dificuldades em compor as comissões

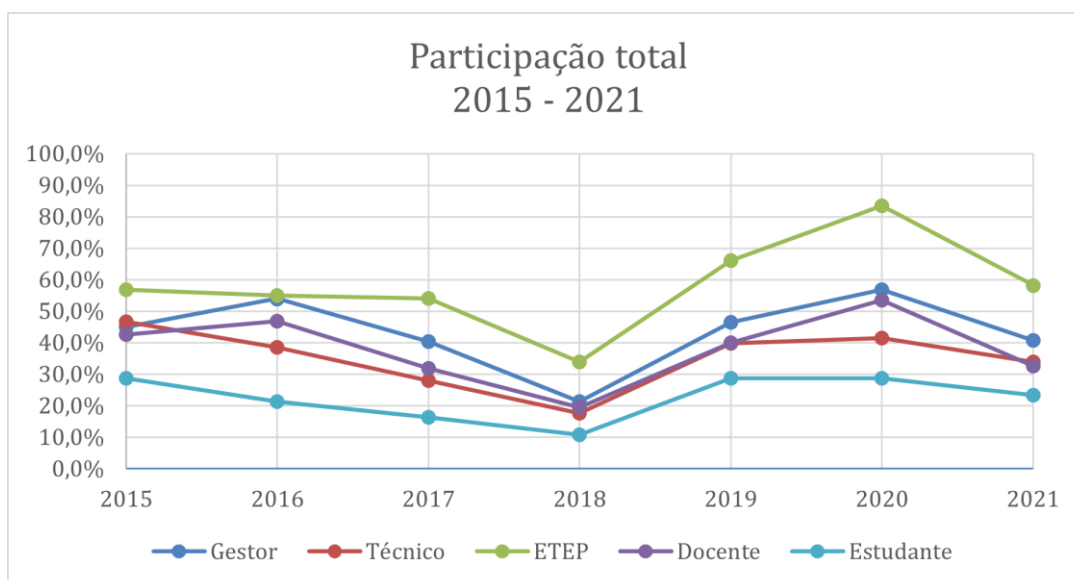
no último triênio já eram visíveis. O pleito foi realizado através do SUAP (Sistema Unificado da Administração Pública) entre os dias 27 e 28 de junho de 2018, sendo necessária, ainda, uma eleição suplementar entre 16 e 17 de agosto de 2018. Após a atualização do Regimento, a CPA do IFRN encontra-se em fase de solicitação para a designação de comissão eleitoral.

Sobre o processo autoavaliativo referente ao ano base de 2021, conforme foi informado anteriormente, o foco da coleta e análise de dados recaiu sobre as **Políticas Acadêmicas** para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A fim de atender as demandas do Farol de Desempenho, lançado em 2019 pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODES) e que visa monitorar as metas estabelecidas no PDI, o questionário também incluiu uma pergunta sobre a satisfação geral em relação ao IFRN (Eixo 2 do SINAES: **Desenvolvimento Institucional**).

Em cumprimento ao Artigo 25 da Resolução 47/2021 - CONSUP/IFRN, de 6 de outubro de 2021 que aprovou diretrizes pedagógicas para a volta gradual à presencialidade, a CPA também realizou avaliação sobre o Ensino Remoto Emergencial e Ensino Misto Provisório. As questões foram integradas ao questionário de autoavaliação para simplificar e unificar o processo de mobilização da comunidade.

Os resultados produzidos nessa parte serão divulgados e analisados em relatório próprio, pois visam subsidiar o planejamento e a organização interna do IFRN no contexto de excepcionalidade ocasionado pela pandemia de COVID-19, “com vistas a contribuir para os ajustes necessários ao redirecionamento e/ou readaptação, circunstanciados pelas demandas próprias do ensino remoto emergencial”.

Sobre a evolução da participação de servidores e estudantes na autoavaliação institucional, observa-se que em 2021 houve uma diminuição na quantidade de sujeitos que responderam à pesquisa em relação aos últimos dois anos:



*Fonte:* SUAP/IFRN

O questionário de autoavaliação do ano base de 2021 foi respondido por 24,2% do público total esperado, enquanto em 2020 esse número foi de 32,2% e em 2019 de 29,6%. A queda na adesão ao questionário ocorreu em todos os seguimentos, com destaque para a ETEP que, em 2020 contou com 84% dos participantes, caindo para 58,2% na pesquisa mais recente, e Docentes, com redução de 52,6% para 32%.

Ressalte-se que a participação na Autoavaliação Institucional do IFRN é voluntária, dependendo de ações contínuas de diálogo e sensibilização da comunidade. Uma mobilização mais efetiva encontrou barreiras no contexto de retorno gradual à presencialidade das atividades administrativas<sup>2</sup>, em outubro de 2021, e acadêmicas<sup>3</sup>, em novembro do mesmo ano. Estudantes, professores e técnicos estavam bastante envolvidos em questões sobre a reorganização do trabalho e das aulas para a volta, num ambiente de incertezas e de muitas informações novas. Algumas rotinas institucionais acabaram por sofrer os impactos desse processo.

<sup>2</sup> Resolução 50/2021 - CONSUP/IFRN, de 13 de outubro de 2021.

<sup>3</sup> Resolução 47/2021 - CONSUP/IFRN, de 06 de outubro de 2021.



## 2. Metodologia

A pesquisa de autoavaliação do IFRN tem caráter qualitativo, descritivo e quantitativo, visando gerar conhecimento sobre a opinião dos diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar, focando nos servidores e docentes. Espera-se que os resultados obtidos sirvam de subsídios para a continuidade ou reformulação de políticas de planejamento, gestão e execução de ações de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação e políticas de Recursos Humanos.

Os dados foram coletados nos 22 *campi* e na Reitoria através de questionários eletrônicos disponibilizados no SUAP entre os dias 31 de dezembro de 2021 e 13 de fevereiro de 2022. Participaram da pesquisa 9299 pessoas, divididas nas seguintes categorias: Gestores (204), Técnicos (260), ETEP (46), Docentes (464) e Estudantes (8325). Conforme já indicado anteriormente, houve queda na quantidade de respondentes em relação aos dois anos anteriores observada em todos os seguimentos. O total de servidores participantes corresponde à 35% do universo total esperado e de estudantes à 23,4%.

O formulário de autoavaliação institucional 2021 foi dividido em duas partes: Políticas Acadêmicas e Políticas de Desenvolvimento Institucional composto. A primeira é composta por 28 questões objetivas de única escolha, sendo 13 sobre o Ensino, 8 sobre a Extensão e 7 sobre a Pesquisa e Inovação. Ao final de cada conjunto de pergunta, o participante da pesquisa contava com espaço específico, em texto longo, que permitia dissertar sobre impressões acerca do tema tratado, de modo a justificar escolhas e diferentes pontos de vista, sugestões e críticas.

Na segunda parte, foi inserida uma questão ampla de múltipla escolha que visa conhecer o grau de satisfação geral em relação aos serviços prestados pelo IFRN no âmbito das políticas acadêmicas.

As questões de única escolha foram estruturadas para conhecer o grau de concordância dos participantes em relação ao texto presente em cada item que funciona como pergunta, apresentando as seguintes opções de respostas: *Concordo*, *Concordo Parcialmente*, *Discordo Parcialmente*, *Discordo* e *Desconheço*.

Sobre a metodologia de análise dos resultados a comissão estabeleceu,

desde 2021 critérios prévios de padronização na leitura dos gráficos. A ideia começou a ser consolidada a partir do diálogo com comissões de outros Estados, sobretudo, a CPA do IF Baiano. A criação de uma ferramenta para a padronização da análise de respostas surgiu da necessidade de organizar as diferentes interpretações possíveis a partir de parâmetros coerentes. Por isso, a tabela de classificação foi compartilhada com as CPAs dos *campi* para servir de referência na elaboração dos relatórios locais. Foi facultado às referidas comissões a decisão sobre a pertinência e formas da utilização dos critérios com base nas suas realidades concretas.

Quanto à sua estrutura, a tabela de análise é composta por um conjunto de faixas nas quais os percentuais das respostas podem se encaixar, indicando que a política/ação analisada pode ser *continuada*, *necessita de aprimoramento*, *requer alguma atenção* ou *então requer medidas urgentes*.

Com o objetivo de operacionalizar a leitura dos resultados, os critérios foram organizados em tabelas elaboradas no *Excel*. Essas planilhas permitem a identificação automática das faixas onde as respostas da comunidade se encaixam. Para facilitar a visualização dos resultados, foram estabelecidas cores referentes aos percentuais dos critérios indicados que identificam a situação sugerida pelos percentuais de respostas. Veja as tabelas abaixo:

Respostas possíveis	Opção	Critérios	Faixa	Situação
Concordo	A	A+B	$A+B \geq 75\%$	Continuação
Concordo Parcialmente	B	A+B	$75\% > A+B \geq 50\%$	Aprimoramento
Discordo Parcialmente	C	B+C	$B+C \geq 50\%$	Aprimoramento
Discordo	D	C	$25\% \geq C > 15\%$	Atenção
Desconheço	E	E	$25\% \geq E > 15\%$	Atenção
		D	$D \geq 25\%$	Urgência
		E	$E \geq 25\%$	Urgência

*Fonte:* Elaboração da Comissão Própria de Avaliação

Para a realização efetiva da análise através da tabela é importante considerar alguns pontos: primeiro, é possível que alguns itens se enquadrem em mais de uma faixa. Nessas situações deve ser realizada uma análise mais detida sobre a resposta de acordo com a realidade institucional. Segundo, há a possibilidade de que alguns itens não se enquadrem em nenhuma das faixas. Novamente, cabe à comissão fazer a análise baseada na realidade concreta.

A partir dessa metodologia de análise pretende-se identificar, de forma mais coerente, as ações exitosas e as fragilidades a serem corrigidas a partir

das respostas da comunidade ao longo do triênio.

### 3. Apresentação dos dados

A seguir serão apresentados os gráficos contendo as distribuições de frequências das respostas às perguntas e afirmações presentes no questionário de autoavaliação 2021. Os gráficos apresentam informações sobre o percentual dos respondentes que indicou concordar, concordar parcialmente, desconhecer, discordar parcialmente ou discordar do item indicado na legenda do gráfico. Barras sem a indicação de porcentagem indicam percentuais menores que 5%. As informações estão organizadas em conformidade com os seguintes eixos e dimensões do SINAES: Eixos 3 – Políticas Acadêmicas e um item de avaliação do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional. As considerações sobre os resultados serão realizadas na seção de *Análise dos dados e das informações*. Ao final, será inserida a tabela de equivalência entre os itens do questionário e as dimensões do SINAES.

### Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

#### 1. Para o Ensino

Gráfico 1. O acompanhamento pedagógico realizado pelos setores competentes do meu campus foram satisfatórios

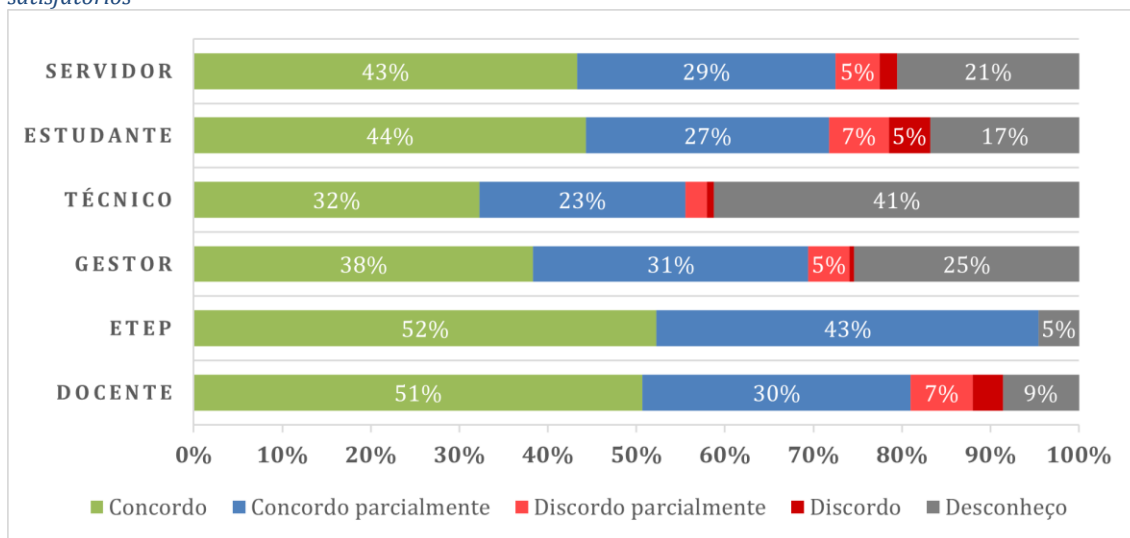


Gráfico 2. As políticas do IFRN de acesso a bibliotecas virtuais, bases de pesquisa e similares foram eficientes em fornecer os conhecimentos necessários para as atividades acadêmicas

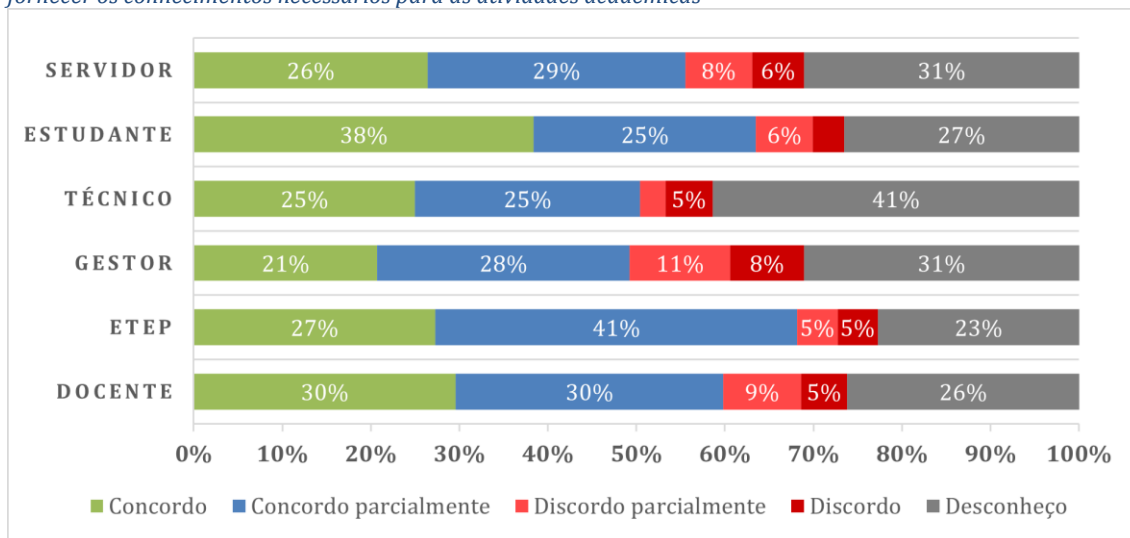


Gráfico 3. A proporção entre as cargas horárias das aulas síncronas e assíncronas estabelecida nos módulos do ano letivo 2021 contribuiu para atingir os objetivos de aprendizagem

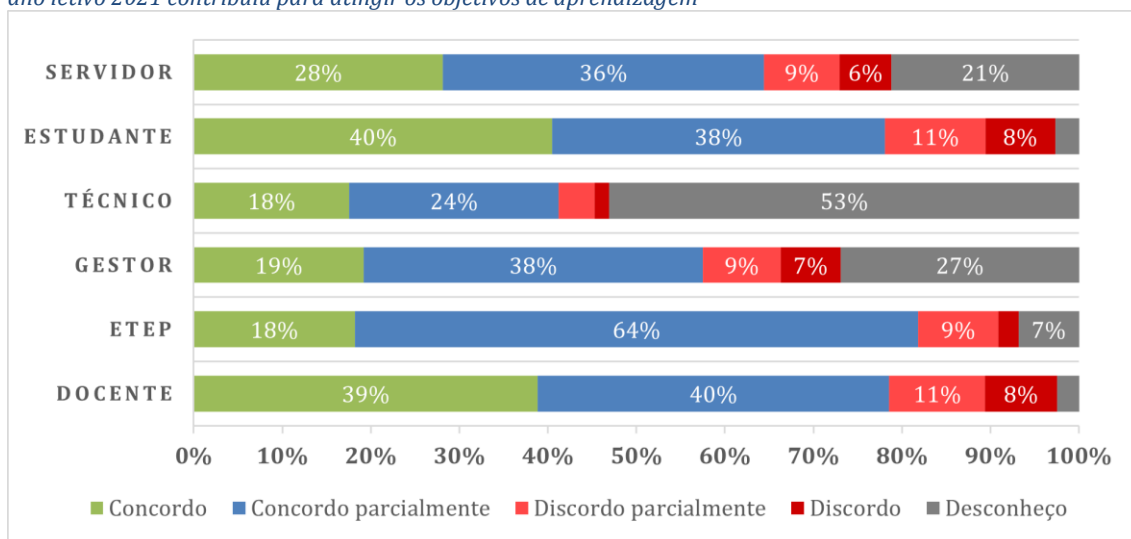


Gráfico 4. A quantidade de atividades avaliativas estabelecidas e o tempo reservado para sua execução foram adequados

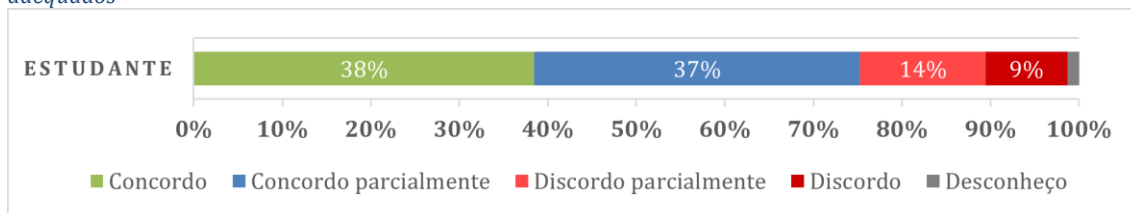


Gráfico 5. O tempo reservado às aulas em momentos síncronos foi suficiente para esclarecer dúvidas sobre os conteúdos relativos às atividades assíncronas

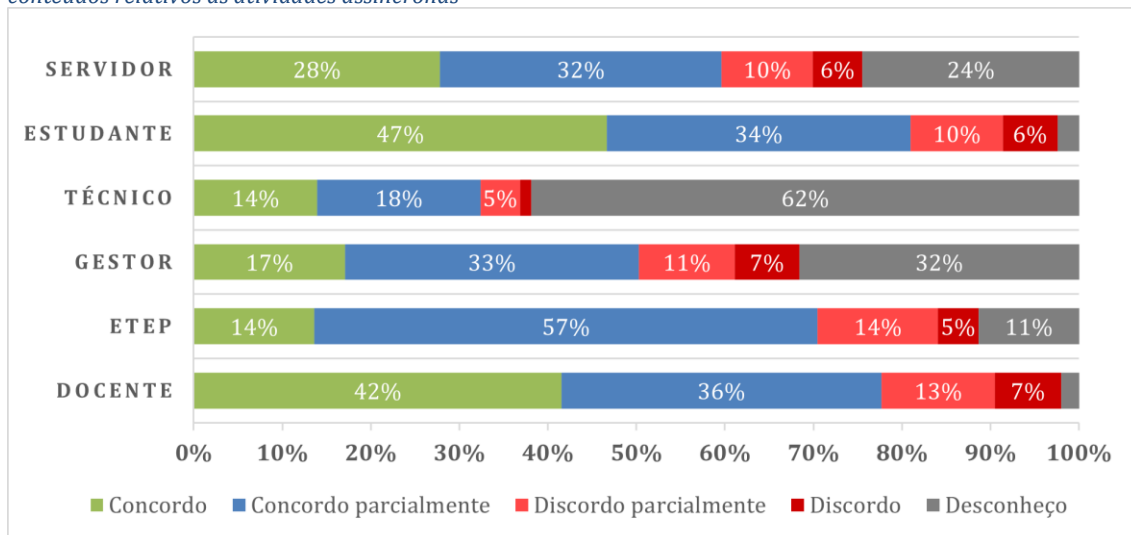


Gráfico 6. As diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino foram efetivas em reduzir os impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem do período pandêmico

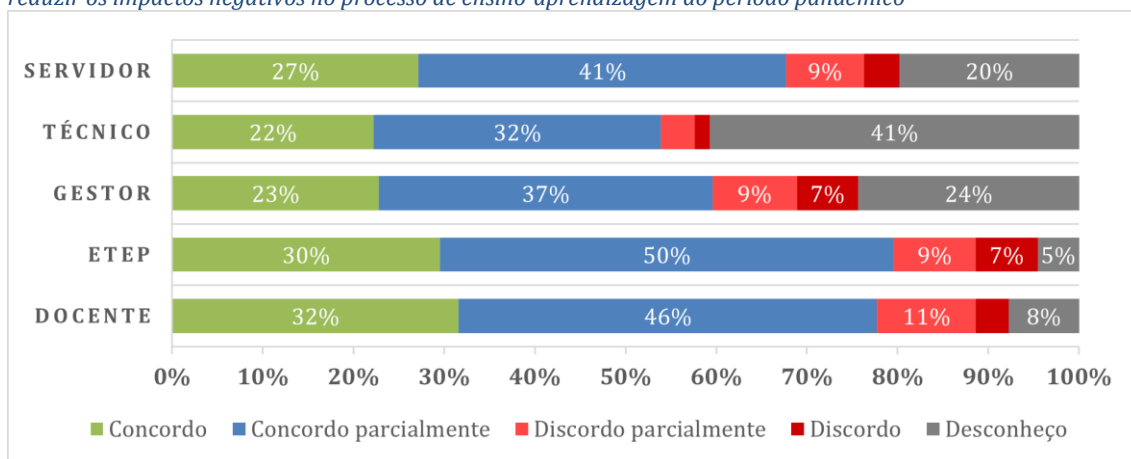


Gráfico 7. A distribuição das disciplinas nos módulos foi equilibrada com relação às disciplinas técnicas e de formação geral

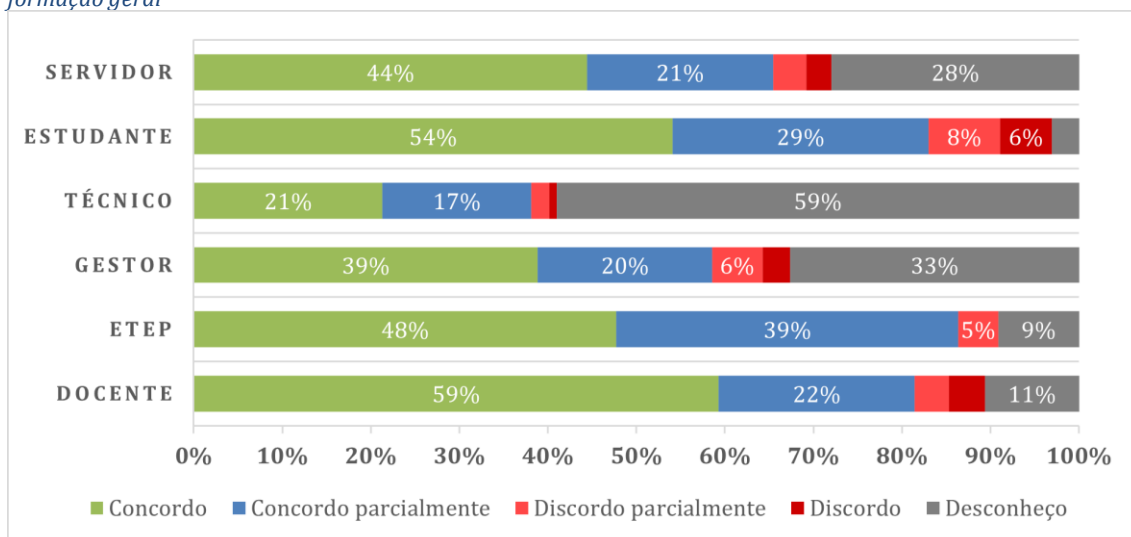


Gráfico 8. A distribuição das cargas horárias dos docentes ao longo dos módulos foi coerente e equilibrada

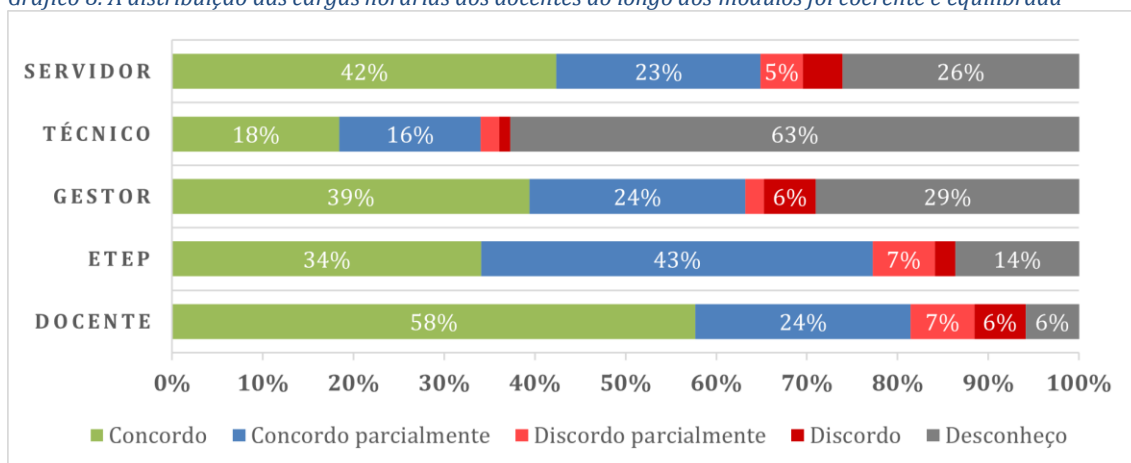


Gráfico 9. Os programas de assistência estudantil do meu campus contribuem para a permanência e êxito do estudante

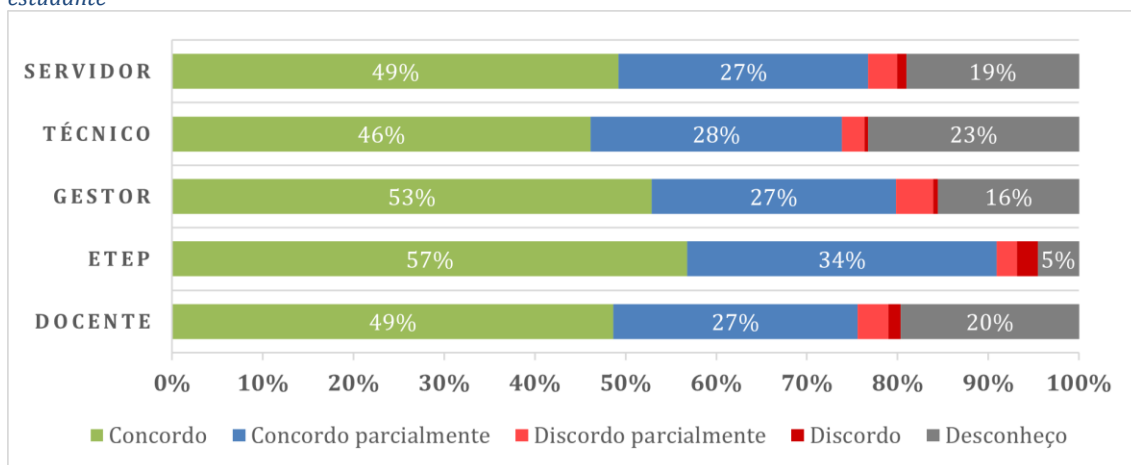


Gráfico 10. As ações de inclusão educacional e promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do meu campus são satisfatórias

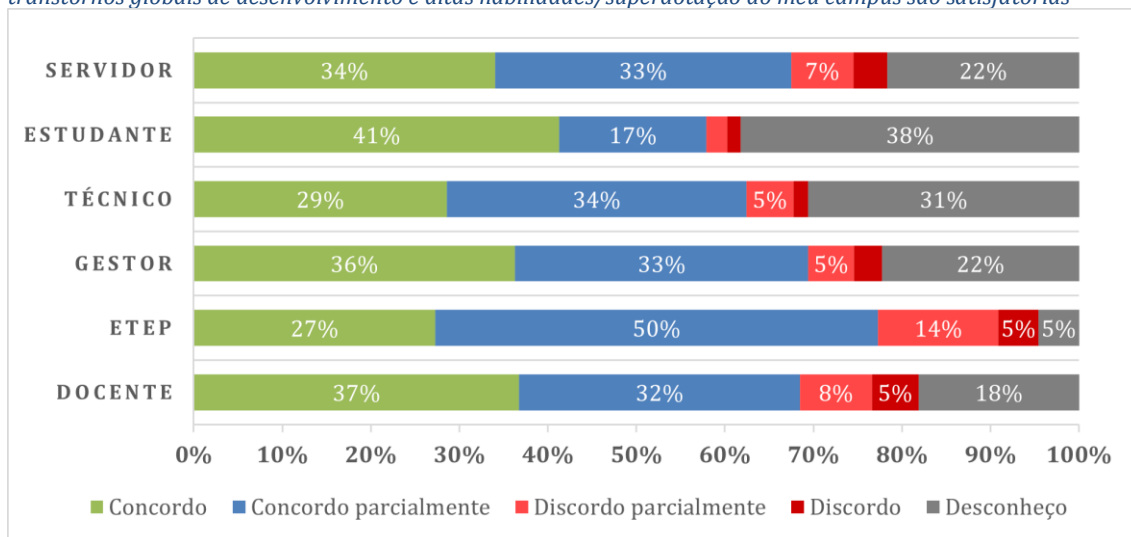


Gráfico 11. A prática pedagógica docente do meu campus contribui para uma educação integrada efetiva

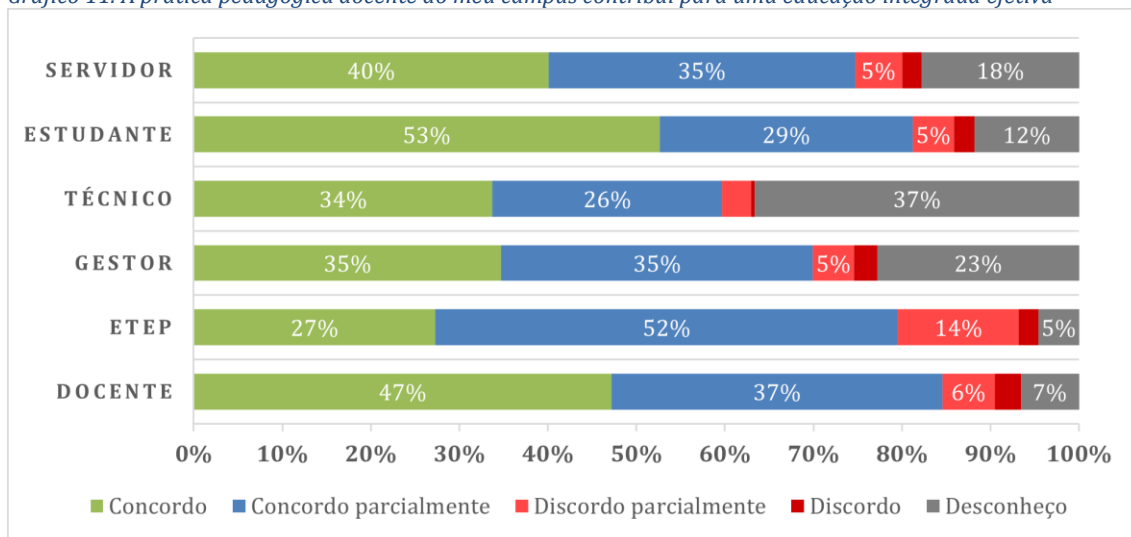


Gráfico 12. A relação aluno-professor no meu campus facilita o processo de ensino e aprendizagem

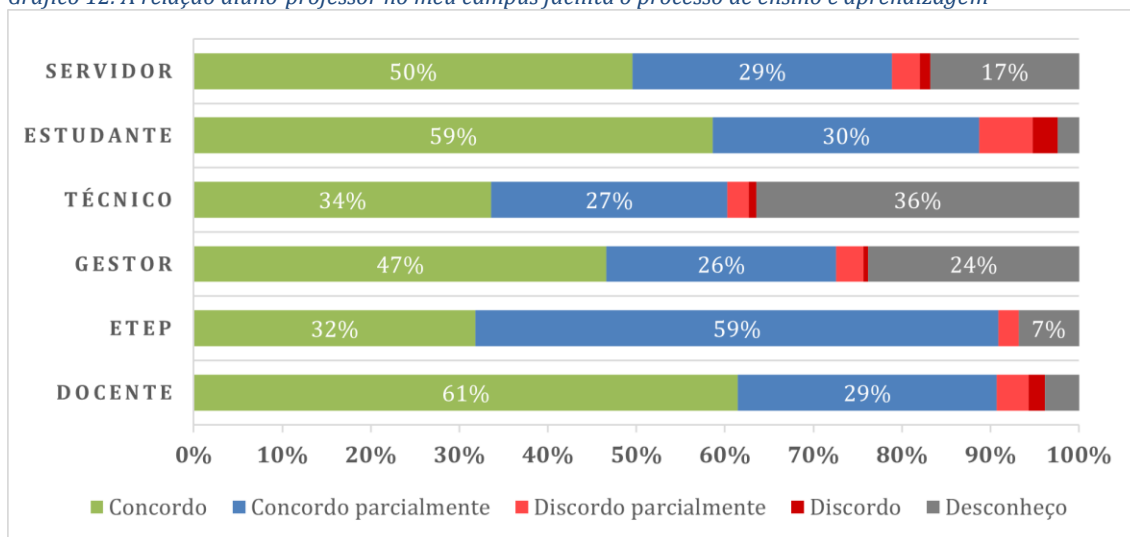
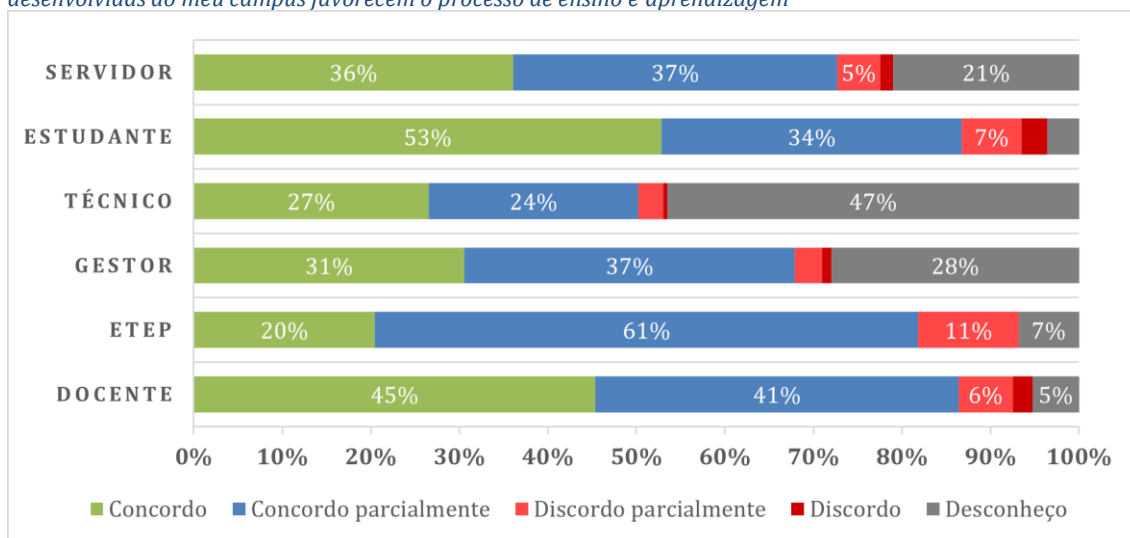


Gráfico 13. Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas do meu campus favorecem o processo de ensino e aprendizagem





## 2. Para a Extensão

Gráfico 14. As atividades de extensão desenvolvidas na comunidade pelo meu campus contribuem para a articulação da produção de conhecimento e acesso às tecnologias e inovação

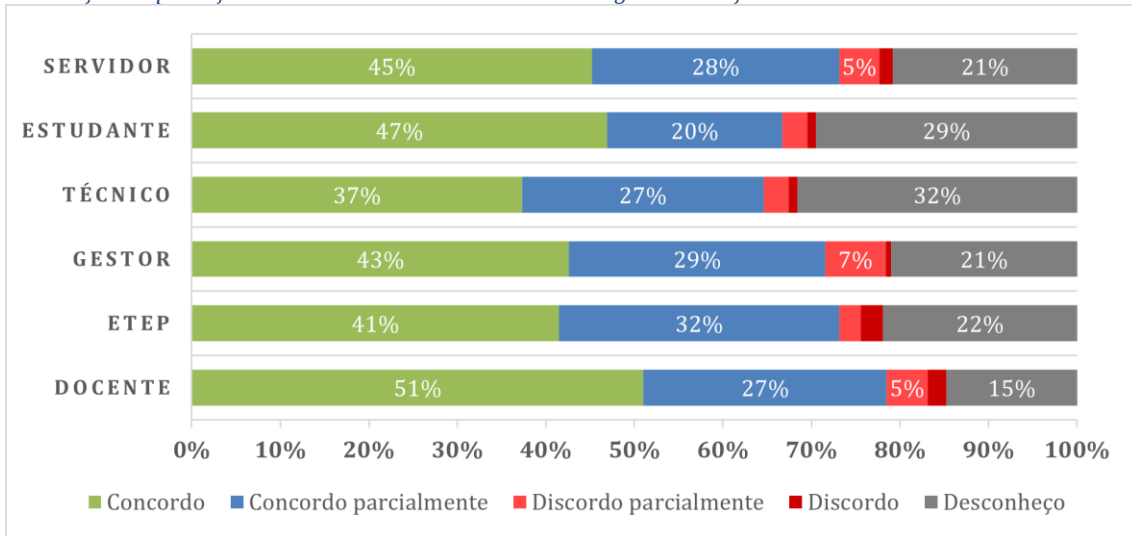


Gráfico 15. As ações de estágio e prática profissional do meu campus contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.

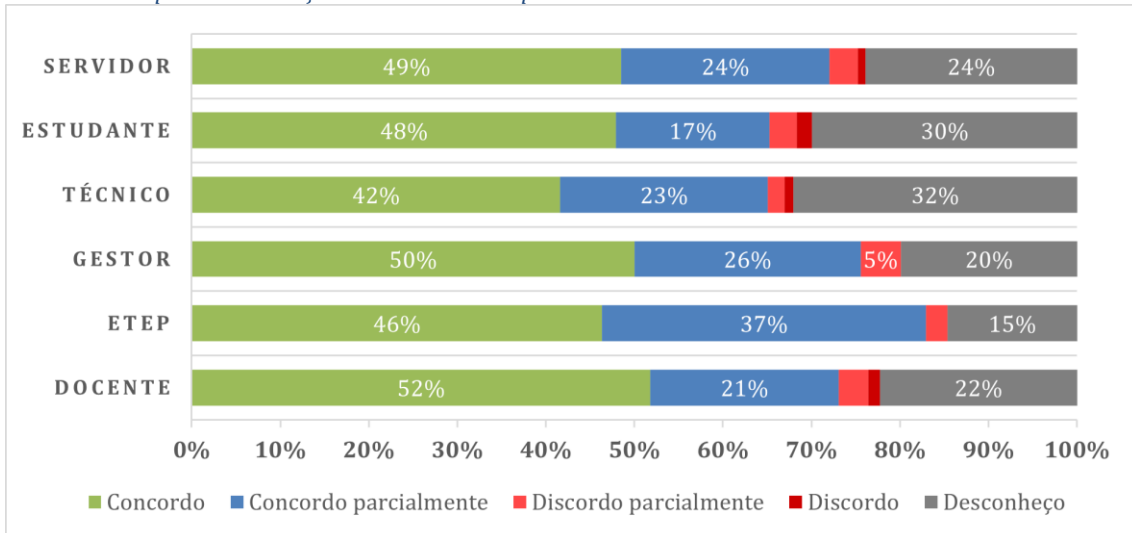


Gráfico 16. O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do meu campus tem oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

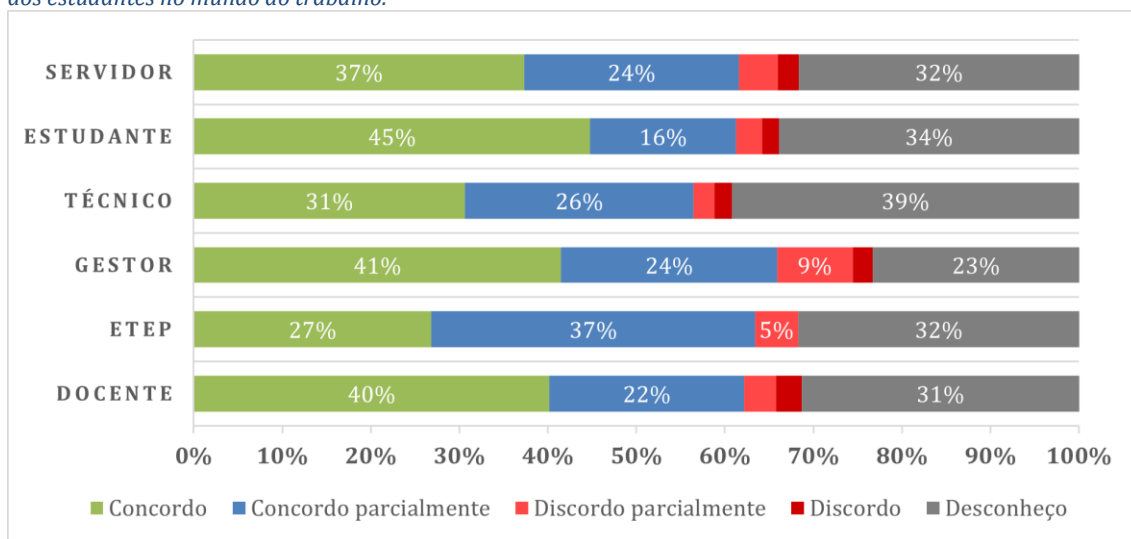


Gráfico 17. As ações de parcerias firmadas no meu campus com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo, são eficientes

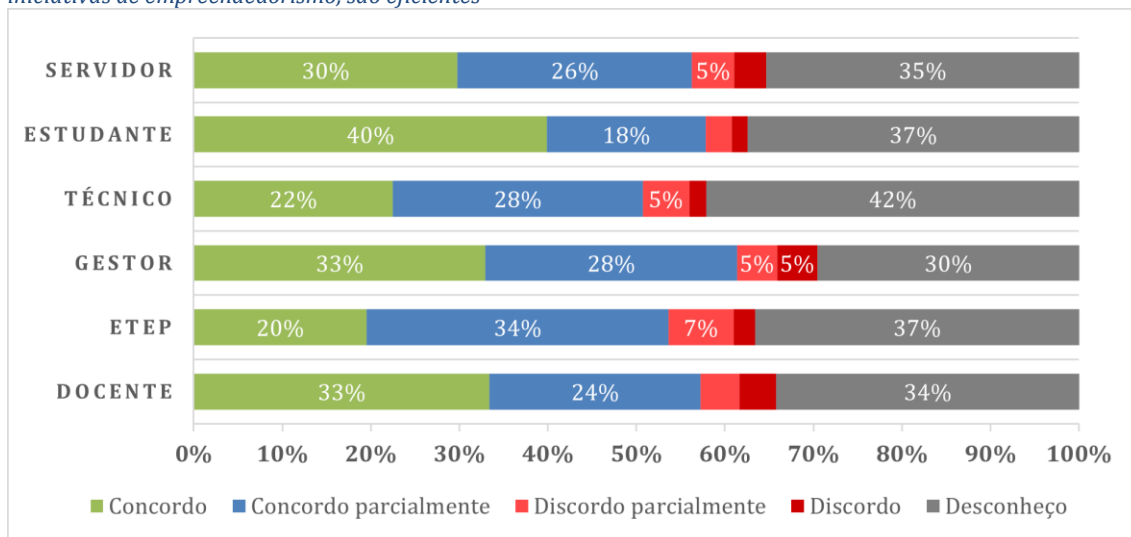


Gráfico 18. Os editais de fomento à extensão em meu campus foram efetivos em estimular estas atividades

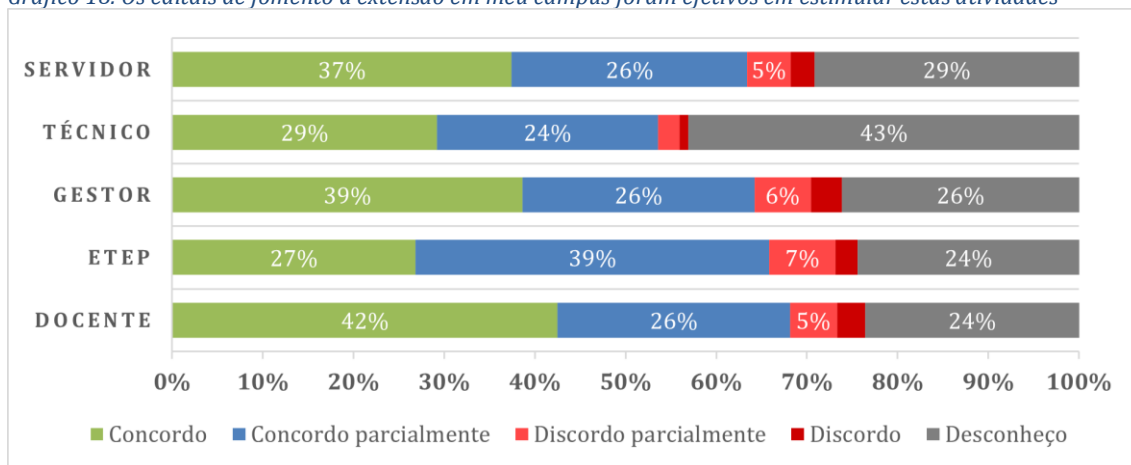


Gráfico 19. As bolsas de extensão ofertadas em meu campus foram efetivas em atrair estudantes para estas atividades

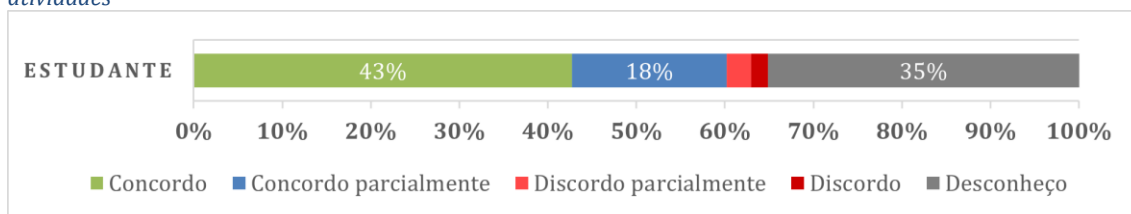


Gráfico 20. Os prazos estabelecidos nos editais de extensão são coerentes com a realidade de execução dos projetos contribuem para a boa execução dos projetos aprovados

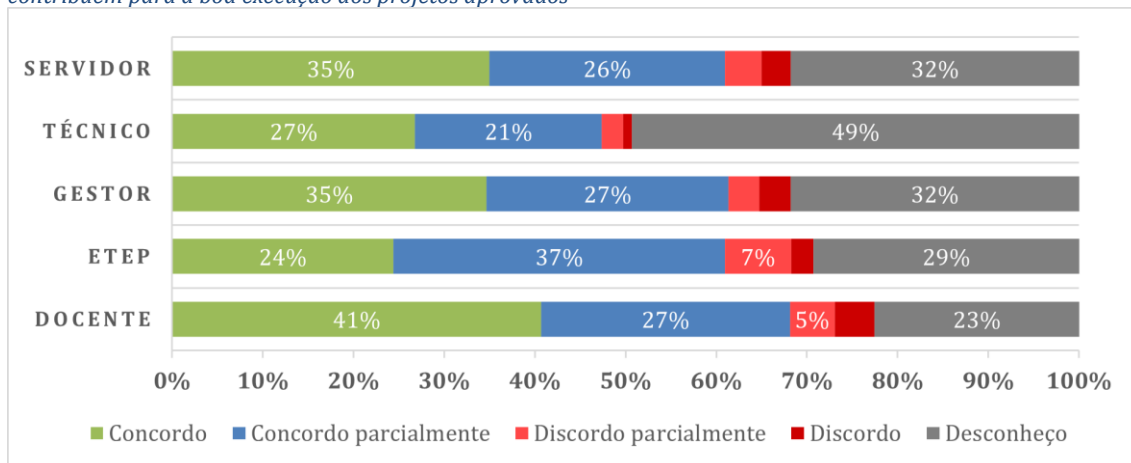
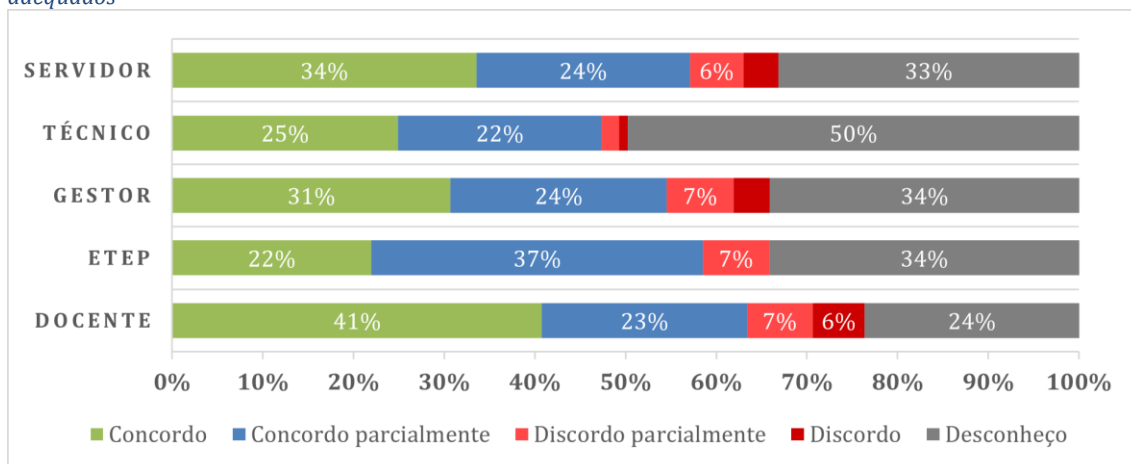


Gráfico 21. Os mecanismos de controle e acompanhamento (registro de metas e atividades) dos projetos são adequados



### 3. Para a Pesquisa e Inovação

Gráfico 22. Os projetos do meu campus relativos à pesquisa e inovação favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional

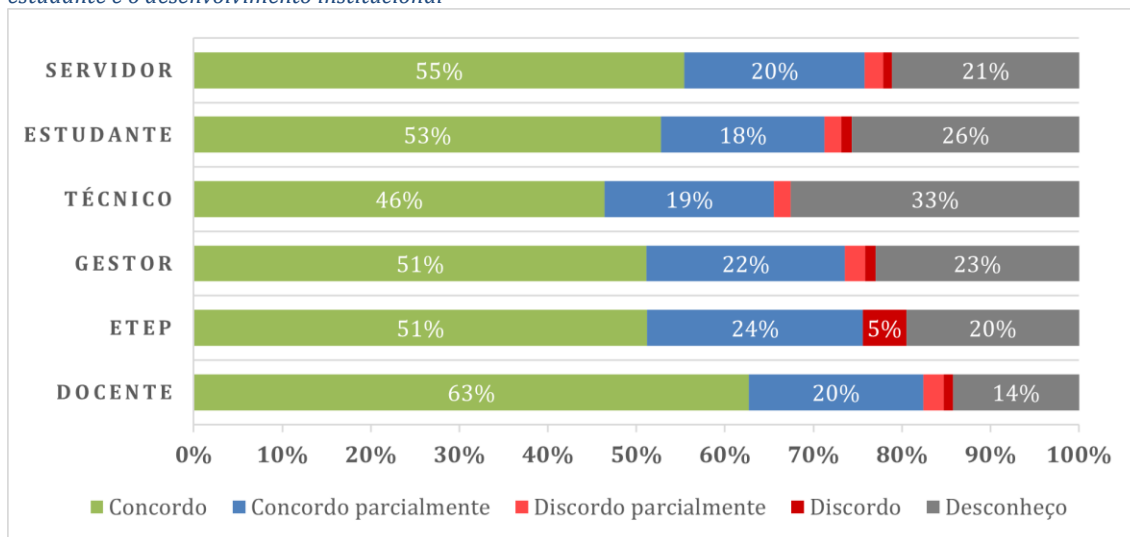


Gráfico 23. Os editais de fomento à pesquisa e inovação em meu campus foram efetivos em estimular estas atividades

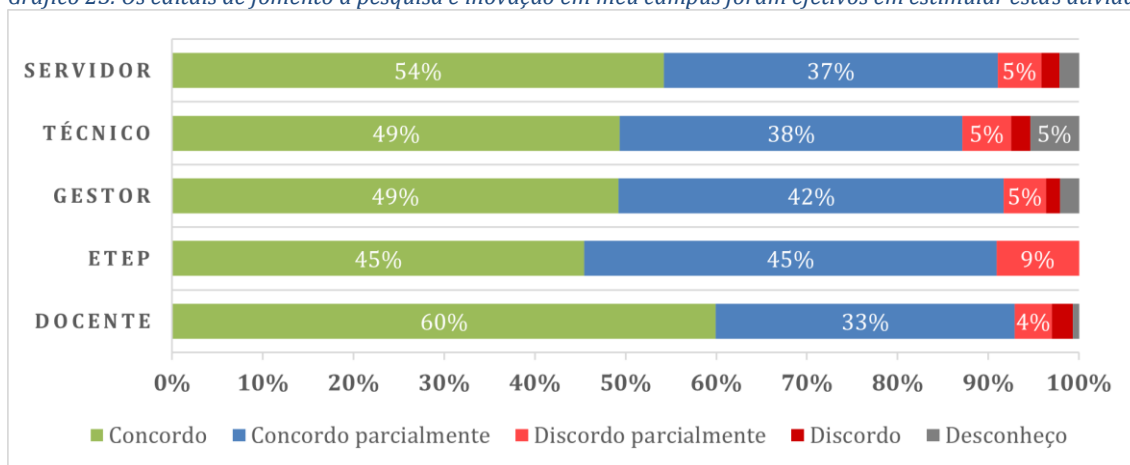


Gráfico 24. As bolsas de pesquisa e inovação ofertadas em meu campus foram efetivas em atrair estudantes para estas atividades

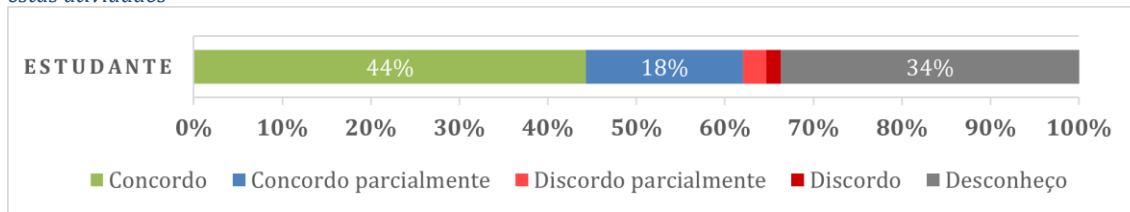


Gráfico 25. As ações de internacionalização promovidas em meu campus têm sido eficientes em promover intercâmbio acadêmico e cultural de estudantes

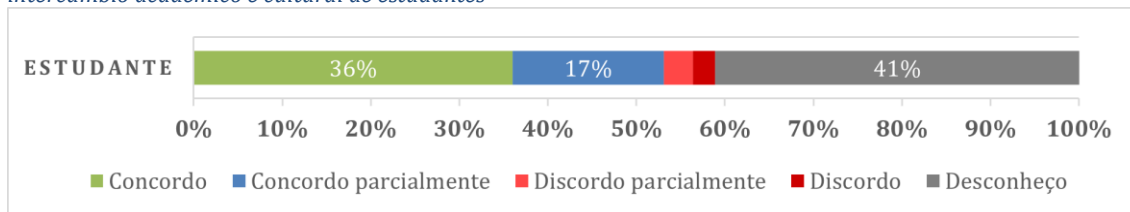


Gráfico 26. As ações de internacionalização promovidas em meu campus têm sido eficientes em promover intercâmbio acadêmico e cultural de servidores

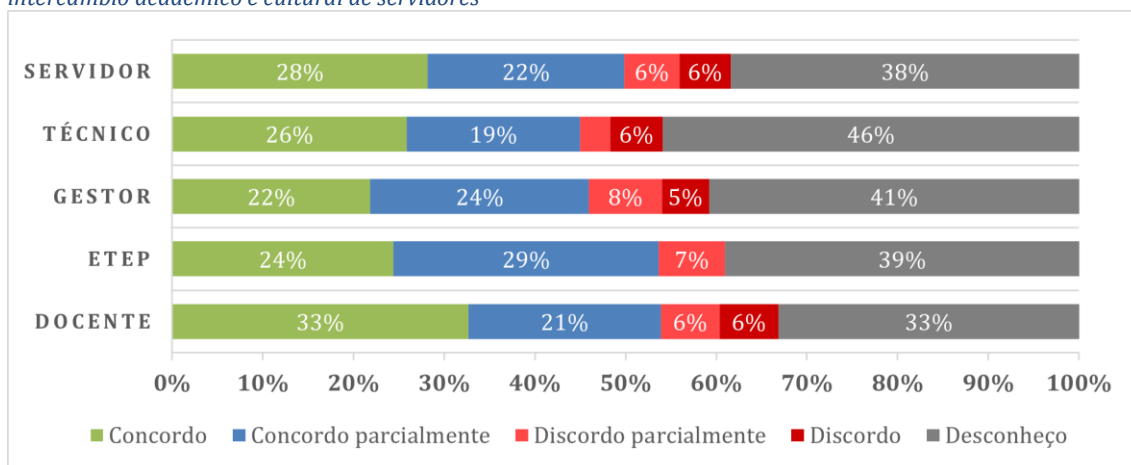


Gráfico 27. Os prazos estabelecidos nos editais de pesquisa e inovação são coerentes com realidade de execução dos projetos e contribuem para a boa execução dos projetos aprovados

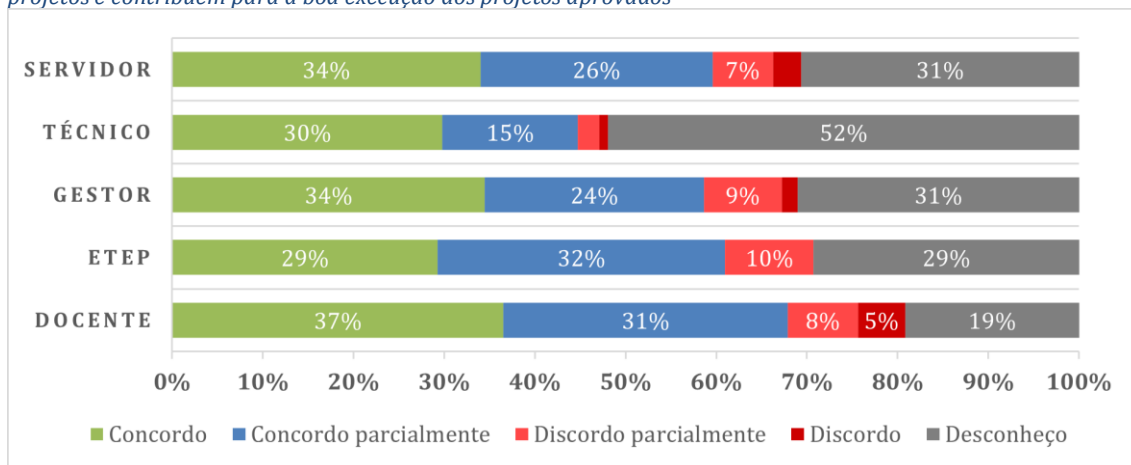
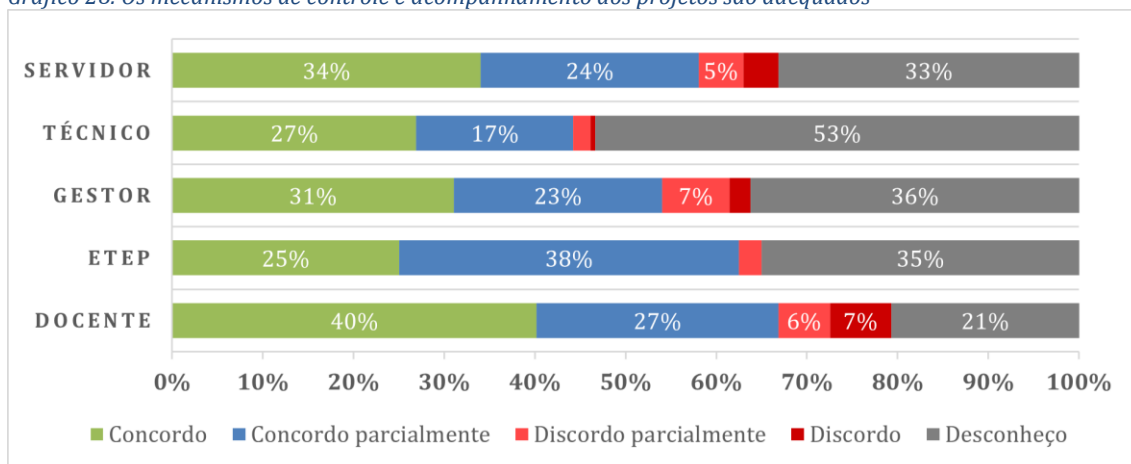


Gráfico 28. Os mecanismos de controle e acompanhamento dos projetos são adequados



## Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Gráfico 29. Sinto-me satisfeito, de modo geral, com os serviços que são prestados pelo IFRN, em relação ao ensino, à pesquisa e inovação e à extensão.

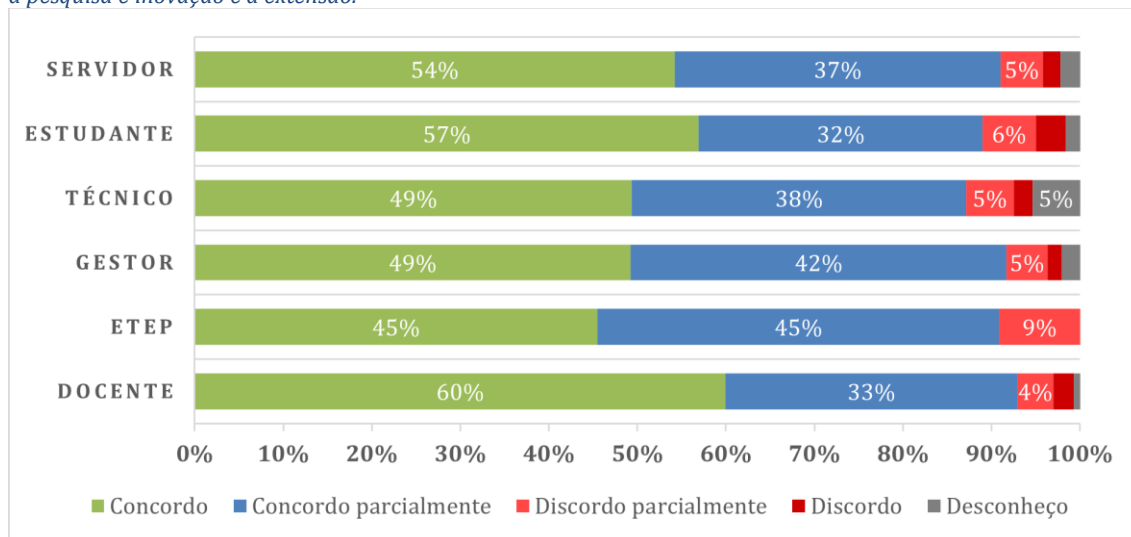


Tabela de equivalência

Servidor	Estudante	Item	SINAES
X	X	O acompanhamento pedagógico realizado pelos setores competentes do meu campus foi satisfatório?	2
X	X	As políticas do IFRN de acesso a bibliotecas virtuais, bases de pesquisa e similares foram eficientes em fornecer os conhecimentos necessários para as atividades acadêmicas	2
X	X	A proporção entre as cargas horárias das aulas síncronas e assíncronas estabelecida nos módulos do ano letivo 2021 contribuiu para atingir os objetivos de aprendizagem	2
	X	A quantidade de atividades avaliativas estabelecidas e o tempo reservado para sua execução foram adequados	2
X	X	O tempo reservado às aulas em momentos síncronos foi suficiente para esclarecer dúvidas sobre os conteúdos relativos às atividades assíncronas	2
X		As diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino foram efetivas em reduzir os impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem do período pandêmico	2; 6
X	X	A distribuição das disciplinas nos módulos foi equilibrada com relação às disciplinas técnicas e de formação geral	2

X		A distribuição das cargas horárias dos docentes ao longo dos módulos foi coerente e equilibrada	2; 5
X	X	Os programas de assistência estudantil do meu campus contribuem para a permanência e êxito do estudante	9
X	X	As ações de inclusão educacional e promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do meu campus são satisfatórias	2; 9
X	X	A prática pedagógica docente do meu campus contribui para uma educação integrada efetiva	2; 1
X	X	A relação aluno-professor no meu campus facilita o processo de ensino e aprendizagem	2
X	X	Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas do meu campus favorecem o processo de ensino e aprendizagem	2
X	X	As atividades de extensão desenvolvidas na comunidade pelo meu campus contribuem para a articulação da produção de conhecimento e acesso às tecnologias e inovação	2
X	X	As ações de estágio e prática profissional do meu campus contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.	2
X	X	O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do meu campus tem oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.	2; 3
X	X	As ações de parcerias firmadas no meu campus com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo, são eficientes	2; 4
X		Os editais de fomento à extensão em meu campus foram efetivos em estimular estas atividades	2
	X	As bolsas de extensão ofertadas em meu campus foram efetivas em atrair estudantes para estas atividades	2; 9
X		Os prazos estabelecidos nos editais de extensão são coerentes com a realidade de execução dos projetos contribuem para a boa execução dos projetos aprovados	2
X		Os mecanismos de controle e acompanhamento (registro de metas e atividades) dos projetos são adequados	2

X	X	Os projetos do meu <i>campus</i> relativos à pesquisa e inovação favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional	2; 1
X		Os editais de fomento à pesquisa e inovação em meu <i>campus</i> foram efetivos em estimular estas atividades	2
	X	As bolsas de pesquisa e inovação ofertadas em meu <i>campus</i> foram efetivas em atrair estudantes para estas atividades	2; 9
	X	As ações de internacionalização promovidas em meu <i>campus</i> têm sido eficientes em promover intercâmbio acadêmico e cultural de estudantes	2; 9
X		As ações de internacionalização promovidas em meu <i>campus</i> têm sido eficientes em promover intercâmbio acadêmico e cultural de servidores	2; 5
X		Os prazos estabelecidos nos editais de pesquisa e inovação são coerentes com realidade de execução dos projetos e contribuem para a boa execução dos projetos aprovados	2
X		Os mecanismos de controle e acompanhamento dos projetos são adequados	2; 6
X	X	Sinto-me satisfeito, de modo geral, com os serviços que são prestados pelo IFRN, em relação ao ensino, à pesquisa e inovação e à extensão.	2; 1

#### 4. Análise dos dados e das informações

No que se refere às políticas de ensino, o instrumento de autoavaliação buscou identificar o grau de concordância da comunidade acadêmica em relação às ações e os programas institucionais cujo principal objetivo é fortalecer o conhecimento técnico-científico, cultural e afetivo dos discentes atendidos pela instituição nos mais diversos níveis de ensino. Em meio ao período de distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19, muitas das ações institucionais estiveram voltadas para as adaptações necessárias à conversão das atividades presenciais regulares em atividades remotas síncronas e assíncronas.

O retorno das atividades de ensino, mais objetivamente a retomada do



calendário acadêmico, no âmbito do IFRN se deu após um longo trabalho de debate com a comunidade acadêmica-estudantil, com fins de construir um conjunto de diretrizes pedagógicas que norteassem o trabalho a ser desenvolvido nos *campi*. Tais diretrizes foram construídas a partir de discussões entre uma comissão sistêmica, o Comitê de Ensino (COEN) da instituição e a comunidade interna, culminando em um conjunto de instruções normativas da Pró-reitoria de Ensino (PROEN), ainda sob uma gestão pro tempore na reitoria, que foram posteriormente substituídas por resoluções do Conselho Superior (CONSUP), inicialmente a resolução 21/2021 CONSUP/IFRN, atualizada pela resolução mais recente 47/2022 CONSUP/IFRN, que versa sobre o retorno gradual das atividades presenciais. A efetividade destas diretrizes em reduzir os impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos foi questionado no item apresentado no gráfico 6. Com base nas respostas da comunidade de respondentes nota-se que os objetivos de reduzir tais impactos foram parcialmente atingidos, com a comunidade docente e de membros da ETEP avaliando essa política de ensino positivamente, mas deixando evidente de que havia pontos em a serem melhorados.

Neste contexto, o acompanhamento pedagógico, realizado no âmbito do IFRN pelas equipe técnico pedagógicas (ETEP) dos campi e pela direção pedagógica (DIPED) da reitoria, foi analisado no item apresentado no gráfico 1. Considerando as respostas apresentadas pelos servidores da instituição, em especial os docentes e membros das equipes técnico-pedagógicas dos campi, é possível considerar que o acompanhamento pedagógico vem atendendo bem as demandas de docentes e discentes. Entre os discentes o nível de satisfação é levemente menor, o que sinaliza que algumas ações precisam ser aprimoradas. Considerando o momento de excepcionalidade no qual a pesquisa foi feita (com finalização de semestre em formato remoto e transição para o ensino misto provisório, com aulas presenciais e remotas) entende-se que as demandas acumuladas nas ETEPs podem ter causado dificuldade em atender a todos os discentes em tempo adequado.

Com a impossibilidade de acesso às dependências dos *campi*, o acesso às bibliotecas físicas foram proibidos. Para contornar essa condição, políticas de acesso a bibliotecas virtuais e base de pesquisas similares precisavam ser reforçadas. Estas políticas foram avaliadas no item apresentado no gráfico 2,

onde fica visível que as políticas de acesso a tais bibliotecas, que deveriam ter sido fortemente melhoradas, não atenderam aos anseios da comunidade discente e docente. A falta de acesso a tais bibliotecas fica mais evidenciado no nível de desconhecimento de diversos setores sobre tais políticas. Em um momento de atividades essencialmente remotas a instituição teve dificuldades em conceder esse tipo de acesso a seus alunos e servidores.

Com vistas a redução dos danos causados pelo período de suspensão total das atividades de ensino e, entre outros objetivos, reduzir a defasagem entre o calendário acadêmico dos campi e o calendário civil, a instituição substituiu atividades presenciais por atividades on-line de forma síncrona e assíncrona. As proporções entre estas atividades foram definidas no plano de retomada das atividades acadêmicas e nas diretrizes pedagógicas para o ensino remoto emergencial e misto provisório. De acordo com a comunidade de servidores, principalmente os servidores ligados diretamente ao ensino, como docentes e membros das ETEP, e com a comunidade discente, as proporções adotadas em cada campus foram coerentes com os objetivos de aprendizagem, embora ainda houvesse alguns pontos que podiam ser melhorados (gráfico 3). Tais melhorias não ocorreram em tempo hábil por ser a primeira vez que tais sistemas foram implementados, não só na instituição, mas em todo o sistema educacional brasileiro.

No que se refere ao quantitativo de atividades avaliativas e ao tempo estabelecido (gráfico 4), nota-se um movimento de satisfação no corpo discente, com maior inclinação para necessidades de aprimoramento. Tais variáveis se configuraram, em todo o período do Ensino Remoto Emergencial e Ensino Misto Provisório, como grandes desafios ao fazer docente (em seu planejamento e execução) e discente, por dificuldades em gerenciar rotina de estudos e familiar (evidenciadas nas avaliações das respectivas modalidades de ensino e nas respostas abertas do instrumento de autoavaliação).

Outra variável importante para construir um ensino de qualidade no contexto da substituição das atividades presenciais por atividades remotas é o tempo dedicado aos momentos síncronos. O tempo reservado a estes momentos está diretamente relacionado com a proporção adotada em cada campus entre as aulas síncronas e assíncronas, e foi avaliado no item apresentado no gráfico 5. Neste ponto há um ponto de concordância entre

docentes e discentes: os tempos adotados foram adequados. Podemos destacar também a posição dos servidores das ETEP, que consideraram que melhorias nesse tempo dedicado poderiam ser realizadas. Com o retorno das atividades totalmente presenciais, este será um tema de avaliação para planejamento de ações futuras que envolvam atividades presenciais e remotas de disciplinas.

Com as adequações decorrentes do sistema modular de disciplinas, descrito nas diretrizes pedagógicas de retorno das atividades de ensino, dois pontos importantes precisaram ser analisados: o equilíbrio na distribuição das disciplinas de formação geral e técnica e o equilíbrio da distribuição de carga horária docente. Para garantir o cumprimento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e evitar sobrecarga de atividades, a distribuição das disciplinas em cada módulo tomou critérios, entre outros, o equilíbrio entre disciplinas de formação geral e técnica, bem como o adiamento das disciplinas de cunho prático-laboratorial para os módulos finais. Com isso, foi possível, em diversos casos, possível atender aos alunos de forma presencial nos campi, seguindo os protocolos de biossegurança elaborados pelos Comitê COVID-19 dos campi e sistêmico. Esta política de divisão de disciplinas, avaliada no item apresentado no gráfico 7, foi bem avaliada tanto pela comunidade docente e de membros da ETEP, quanto pela comunidade discente. Na mesma linha da distribuição das disciplinas ao longo dos módulos para evitar sobrecarga dos discentes, a distribuição das cargas horárias docentes também ocorreram baseada nesse princípio. Como podemos notar no gráfico 8, a comunidade docente e de membros das ETEP concordam que estes objetivos foram atingidos.

Ao longo do Ensino Remoto Emergencial e Ensino Misto Provisório, o IFRN adotou a postura de manter todos os auxílios necessários para permanência e êxito dos estudantes, com exceção do auxílio transporte nos momentos em que não havia nenhuma atividade presencial. Além disso, foram criados auxílios especiais para o momento pandêmico, a saber os auxílios para compra de materiais de informática e para manutenção de planos de internet. Houve ainda adesão ao projeto de distribuição de chips com planos de internet, Projeto Alunos Conectados, do Ministério da Educação. Tais políticas foram bem avaliadas pela comunidade interna de servidores em geral e como passível de melhorias pela comunidade discente, como indica o item apresentado no gráfico 9. Identifica-se que, por restrições orçamentárias, não foi possível atender a

todos os inscritos nos editais, questão que está para além das políticas de acadêmicas.

No âmbito do IFRN as políticas e ações de inclusão são implementadas pelos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que se responsabilizam pelo planejamento, implementação e mediação das políticas acadêmicas do público alvo. Recentemente, foi criada uma Função de Apoio à Gestão sistêmica de coordenação das atividades destes núcleos, de forma a uniformizar as ações no âmbito dos campi. Nesse sentido, como mostra o gráfico 10, entende-se que anseio da comunidade interna por melhorias nessas ações, com os membros das ETEP apresentando a visão mais positiva entre os respondentes, vem sendo atendida e devem ser reavaliadas em breve, na finalização do ciclo autoavaliativo 2021-2023.

As concepções de educação integrada e os princípios norteadores desta são descritos no Projeto Político Pedagógico do IFRN e passa por constantes avaliações e atualizações, como por exemplo nos fóruns de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso que ocorrem ao final de cada oferta completa de uma versão dos referidos projetos (em geral, 4 anos). Sobre este tema, observa-se que, apesar das mudanças profundas que foram impostas aos docentes e estudantes ao longo de 2021 (e desde o início da suspensão das atividades presenciais em 2020), a prática educativa adotada no instituto, assim como pontuado avaliações anteriores (gráfico 11), tem uma contribuição bastante efetiva na formação integrada dos seus discentes.

Um ponto inerente ao processo de ensino-aprendizagem é a relação dialógica que deve existir entre docentes e discentes. Essa relação foi avaliada no item apresentado no gráfico 12 e nota-se que de modo geral tanto docentes quando discentes estão satisfeitos com a qualidade de tal relação. Alguns pontos de aprimoramento costumam ser apresentados pelos públicos respondentes nas contribuições abertas, o que deve ser levado para discussão no âmbito dos campi. Tão importante quanto esta relação são os procedimentos de avaliação do estudante. Estes processos foram avaliados no item apresentado no gráfico 13 e foram avaliados como satisfatórios por estudantes e servidores. O Projeto Político Pedagógico do IFRN, tanto em seu documento base quanto no capítulo sobre a Organização Didática, prevê os princípios norteadores dos processos de

avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Esse, por ser um tema amplo e complexo, é bastante subjetivo e pode ser afetado fortemente por pressões externas ao ambiente escolar.

O instrumento de autoavaliação verificou o grau de concordância e conhecimento da comunidade universitária e escolar acerca das políticas de Extensão, entendidas como ações que promovem a interação com a sociedade, articulando-se à pesquisa e constituindo etapa importante na formação dos estudantes. No geral, percebe-se que a instituição realiza de forma exitosa políticas voltadas para a interação com comunidade externa, todavia, há ações que devem ser aprimoradas e melhor orientadas internamente para atrair uma maior participação.

A relação entre as atividades de extensão, a pesquisa e o ensino figura nos gráficos 14 e 15. Em ambos, observa-se que a categoria Docente apresenta maior concordância sobre a contribuição efetiva das ações de extensão para a pesquisa e a formação discente através de estágios. De forma geral, 73% dos servidores *concordam* ou *concordam parcialmente* que as atividades extensionistas têm possibilitado a produção de conhecimento e acesso às tecnologias e inovação. Entre os estudantes esse número é de 67%.

No caso da contribuição do estágio e prática profissional no ensino, de modo a possibilitar a articulação entre a teoria e a prática, os números são praticamente os mesmos e revelam que o IFRN desenvolve ações extensionistas consideradas importantes na formação e na produção/difusão de conhecimento. No entanto, precisa avançar a fim de garantir a realização de um dos princípios norteadores da Extensão, presentes no Projeto Político Pedagógico do Instituto: “a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, em uma perspectiva de tríade sustentadora das práticas curriculares” (IFRN, 2012, p.191).

Outro ponto em que as atividades de Extensão cumprem o seu papel, mas deve ser aprimorado, é a inserção dos egressos no mercado de trabalho a partir da experiência discente nos programas de estágio. No geral, 61% de servidores e estudantes *concordam* ou *concordam parcialmente* que esses programas de caráter educativo, supervisionado e realizado em ambiente laboral têm contribuído para que os alunos concluam com êxito o curso e fortaleçam suas possibilidades de empregabilidade no futuro.

Cabe destacar, ainda, o alto índice de desconhecimento verificado entre servidores (32%) e estudantes (34%), demonstrando que é necessário melhorar o acompanhamento de egressos. Ademais, muitos discentes participantes da pesquisa de autoavaliação são ingressantes na instituição e não vivenciaram as atividades de estágio, por esse motivo, podem ter indicado seu desconhecimento em relação ao assunto. O Ensino Remoto Emergencial afastou esses alunos do ambiente escolar e universitário, do convívio com os colegas veteranos, do cotidiano das práticas institucionais e, assim, dificultou a troca de experiências, tais como os estágios.

A melhoria na eficiência das ações voltadas para o fortalecimento de parcerias do IFRN com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo, constitui, na perspectiva dos respondentes, um elemento central para a consolidação das atividades de estágios no Instituto. No entanto, o estabelecimento dessas parcerias varia bastante de acordo com a realidade dos cursos e da localidade onde está inserido cada *Campus*.

Sobre o desenvolvimento de projetos de extensão, 63% dos servidores consideram que os editais de fomento apresentaram efetividade no estímulo ao desenvolvimento de projetos, mas necessita de aprimoramento. Nas respostas subjetivas, a comunidade aponta como pontos para melhoria: a burocracia no processo de inscrição e acompanhamento dos projetos, os prazos curtos, a melhoria na divulgação dos editais e a importância da promoção de capacitações contínuas voltadas para o servidor com o objetivo de orientá-lo sobre a submissão de projetos e o registro de metas e de atividades. É importante destacar que a Pró-Reitoria de Extensão tem desenvolvido formações voltadas para os gestores e servidores interessados em submeter propostas para os Editais de Extensão.

Todas as questões que envolvem os projetos de Extensão apresentam alto índice de desconhecimento entre os técnicos, com variação de 43% a 50%, sendo necessário investigar as razões desse distanciamento. Segundo dados fornecidos pelo SUAP, entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 o perfil das pessoas envolvidas em projetos ou programas de Extensão no IFRN era o seguinte: 586 docentes, 1246 discentes e 107 técnicos.

Pode-se lançar uma hipótese inicial sobre essa baixa adesão dos técnicos às ações de Extensão: os profissionais de áreas administrativas (de fazeres

institucionais diversos) apresentam pouca identidade em relação a tais projetos. As rotinas profissionais desestimulam a realização de outras atividades fora das demandas imediatas do setor e não há políticas institucionais específicas despertar esse interesse.

Quanto aos estudantes, 61% consideram que as bolsas de extensão foram contrapartidas importantes para o engajamento na Extensão. Entretanto, 43% deles declaram desconhecimento sobre o assunto. Nas respostas abertas restou clara a importância de comunicar e orientar melhor os discentes em relação ao acesso às bolsas e a necessidade de ampliação de vagas (o que depende de orçamento).

No campo da Pesquisa e Inovação, mais de 70% da comunidade escolar avalia de que as políticas e os projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos no IFRN favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional. No entanto, há pontos em que será necessário aprimoramento.

A comunidade demonstra diferentes níveis de conhecimento e apropriação em relação a tais projetos. Assim, pode-se observar maior índice de satisfação por parte dos docentes e maior número de desconhecimento pelos técnicos (chegando a mais de 52% quando perguntados sobre a adequação dos prazos dos editais). A baixa apropriação dos Técnicos sobre os processos institucionais para a realização de atividades de pesquisa pode estar associada à falta de identidade/interesse de parte desses profissionais em relação à investigação científica.

Entre os servidores que responderam ao questionário e demonstraram algum grau de conhecimento em relação ao tema, 69% afirma que os editais de fomento à pesquisa foram efetivos para estimular a realização de atividades de pesquisa e inovação. Mas, é preciso avançar quanto aos prazos estabelecidos, os mecanismos de controle, o aumento no investimento para oferta de bolsas e as políticas de internacionalização.

O resultado da pesquisa com os estudantes apresenta questões semelhantes. A maioria considera que as bolsas de fomento a pesquisa e a inovação do instituto contribuem, estimulando a participação dos discentes. No entanto, mais de um terço declara desconhecer tais políticas.

O último item avaliado no instrumento de autoavaliação 2021 foi inserido no processo com o objetivo de subsidiar informações para o Farol de

Desempenho, ferramenta de acompanhamento de metas que faz parte do programa de gestão estratégica do IFRN. O item apresentado no gráfico 29 tem por objetivo identificar o grau de satisfação da comunidade com os serviços de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão ofertados pela instituição. Na visão dos respondentes podemos concluir que a satisfação com a instituição é elevada.

#### 4.1 Ações propostas com base nas análises

A partir das demandas identificadas no processo de autoavaliação institucional neste primeiro ano do triênio e considerando as sugestões emanadas das comissões locais que vivem concretamente as dimensões avaliadas, apresentamos os seguintes itens como sugestões e apontamentos à implementação de ações.

1. Revisão dos normativos institucionais, visando incorporar os avanços no fazer acadêmico que os ensino e trabalho remotos permitiram desenvolver;
2. Fortalecimento das políticas de acompanhamento pedagógico dos discentes, em especial daqueles em situações de déficit de aprendizagem;
3. Melhorar o processo de divulgação dos editais de Pesquisa e Extensão.
4. Estimular a participação da comunidade na realização de ações voltadas para a interação com a sociedade e para a investigação científica.
5. Fortalecer as ações institucionais de interação com a sociedade para estabelecer novas parcerias
6. Promover mais capacitações para docentes e técnicos com orientações sobre a submissão e acompanhamento de projetos
7. Aprimorar a avaliação e o acompanhamento dos estágios estabelecidos para a formação profissional dos estudantes do IFRN.
8. Promover mais políticas de capacitação dos servidores, sobretudo dos técnico-administrativos, para os quais as ações de formação são consideradas insuficientes.



## 5. Considerações Finais

O relatório aqui apresentado é primeiro do triênio e lança luz sobre a percepção da comunidade escolar acerca das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas pelo IFRN. Nos resultados observa-se o impacto da pandemia no fazer pedagógico e na concepção de trabalho, constituindo uma nova experiência institucional que, dificilmente, será abandonada. Nesse sentido, as respostas indicam que a instituição deve acompanhar mudanças, atualizando documentos e fortalecendo suas políticas de acompanhamento pedagógico.

O virtual com todas as suas possibilidades metodológicas e flexibilidade foi colocado no centro do debate, pois fez parte do dia-a-dia da instituição durante dois anos. No entanto, a prática mostrou que há problemas no emprego abrangente de aulas completamente remotas e ainda mais, na sua forma mista, conjugada com atividades presenciais. Isso porque o ensino remoto e o ensino misto não foram propriamente modelos planejados com tempo de maturação. Estes arranjos foram, sobretudo, uma solução possível e emergencial encontrada pela comunidade para enfrentar os efeitos da pandemia no ensino.

Quanto à Pesquisa e a Extensão restou claro que, para a comunidade acadêmica, o IFRN promove ações de modo a estimular a investigação científica, a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a interação com a sociedade. Mas, precisa ampliar bolsas, estimular ainda mais a participação, comunicar com maior eficiência as oportunidades de fomento, tornar contínuas as atividades de capacitação do servidor para gerenciamento de projetos, ampliar parcerias e aprimorar o prática profissional (estágios).

Por fim, deve-se ressaltar que a autoavaliação institucional do ano base 2021 produziu um relatório parcial e as questões presentes ao longo do texto serão retomadas em profundidade no documento final. Espera-se que em 2023 seja possível analisar os avanços e/ou recuos da instituição na resolução das questões levantadas pela comunidade.